

ORIENTAÇÃO SINOREG-ES Nº 01/2020

Covid-19. Pandemia. Risco de contágio.
Provimento nº 04/2020 CGJES. Provimento nº
91/2020 CNJ. Prática dos Atos Notariais e
Registrais.

CONSIDERANDO que é dever desta entidade representativa da classe notarial e registral orientar acerca das disposições contidas em atos normativos do Poder Judiciário que envolvam matéria de competência da prática dos serviços notariais e registrais, em especial, das serventias extrajudiciais capixabas;

CONSIDERANDO que a classificação da situação mundial da COVID-19 como pandemia significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando aos locais que já tenham sido identificados como de transmissão interna;

CONSIDERANDO a necessidade de conter a propagação da doença, a transmissão local, a preservação da saúde dos delegatários e prepostos dos serviços notariais e de registros, bem como dos usuários em geral;

O **SINDICATO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO ESPÍRITO SANTO - SINOREG-ES**, visando esclarecer possíveis dúvidas quanto à forma de interpretação e cumprimento do que dispõe o Provimento nº 04, de 23/03/2020, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, e com base na Recomendação nº 45 e Provimento nº 91/2020, ambos do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, **ORIENTA** os delegatários do foro extrajudicial e a quem mais interessar o seguinte:

DA PRÁTICA DOS ATOS E ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM GERAL

- 1) A suspensão, em regra, abrange: **(a)** o atendimento presencial ao público nos cartórios, inicialmente até o dia 30 de abril de 2020 (CGJES, art. 1º do Prov. 04/2020); **(b)** os prazos procedimentais para prática dos atos notariais e registrais, com exceção dos registros de nascimento e de óbito, os editais de proclamas e as habilitações para o casamento, os registros de contratos que abranjam garantias reais sobre bens móveis e imóveis, a purgação da mora nos contratos em que constituída garantia real e nos sujeitos à Lei nº 6.766/79, o oferecimento de impugnação em procedimentos de retificação de área, de usucapião extrajudicial, de registro de parcelamento do solo urbano (CGJES, art. 8º do Prov. 04/2020).
- 2) Os serviços passíveis de serem prestados pelas serventias extrajudiciais por meio remoto (e-mail, whatsapp, telefone, centrais, outras vias digitais, etc.) não estão suspensos,

devendo o delegatário reforçar esses atendimentos em substituição ao atendimento presencial, e estimular o envio eletrônico de documentos através das centrais ou outra via digital de sua melhor conveniência.

- 3) Também devem ser prestados os serviços em que, dada a necessidade e urgência da demanda, justifique a presença física do usuário do sistema no estabelecimento (CGJES, art. 2º do Prov. 04/2020). Quando for necessária a presença física do usuário no cartório, o delegatário poderá designar horários específicos e previamente agendados para o atendimento individualizado, evitando qualquer tipo de aglomeração. O cartório deve disponibilizar contato telefônico ou endereço eletrônico para esta finalidade, bem como colaborador devidamente orientado com relação às medidas preventivas de higiene e saúde para atendimento do usuário. A urgência da prática de cada ato será constada pelo delegatário de acordo com o caso concreto e circunstâncias apresentadas.
- 4) Os Registradores Cíveis das Pessoas Naturais poderão adotar horário específico de atendimento ao público nos casos de pedidos urgentes como de certidões de nascimento e óbito, observando-se, analogicamente, por exemplo, o regime de plantão (Código de Normas CGJES, §2º, art. 531). Neste caso, é importante que as medidas sejam adotadas levando em consideração o fluxo populacional e demais particularidades do local de cada delegação, observando com rigor os cuidados estabelecidos pelas autoridades de saúde pública no contato com o público.
- 5) Todos os serviços extrajudiciais, independente da especialidade, deverão adotar sistema de rodízio de serviço e teletrabalho (*home office*), quando compatível com a natureza da execução, observado o horário de funcionamento das serventias, como forma de evitar a aglomeração de pessoas no local de trabalho (CGJES, art. 4º, Prov. 04/2020).

DOS CASAMENTOS

- 6) Em relação aos casamentos já agendados, poderá ser feito contato com os nubentes a fim de verificar a possibilidade de adiamento da celebração e orientá-los que somente eles e as testemunhas devem ingressar na sala de casamentos, respeitada, todavia, a norma de que as portas serão mantidas abertas (CGJES, §1º do art. 2º, Prov. 04/2020).
- 7) Considerando que a eficácia do certificado de habilitação de casamento que for expirar nos próximos 60 (sessenta) dias ficou prorrogada por mais 90 (noventa) dias a contar do prazo em que se daria a expiração (CGJES, §2º do art. 2º, Prov. 04/2020), o delegatário poderá informar aos nubentes que, estando concretizado todo o processo de habilitação, respeitados os prazos, não será prejudicada a celebração do casamento em outro momento, mais oportuno, tendo em vista as atuais condições de risco existente pela circulação do “Coronavírus”, ressaltando que quando do reestabelecimento das rotinas,

terceiros e demais parentes poderão presenciar a celebração do casamento, o que está vedado agora por conta da pandemia.

DAS COMUNICAÇÕES AOS USUÁRIOS E ÓRGÃO FISCALIZADOR

- 8) Os serviços extrajudiciais devem afixar em local visível os avisos e comunicações aos usuários do sistema sobre a rotina e os horários de atendimentos adotados, fornecendo contato telefônico, whatsapp, e-mail, etc., do oficial e/ou prepostos do cartório.
- 9) Não obstante a competência exclusiva do Poder Judiciário em regular o funcionamento dos serviços notariais e de registro em todo o Brasil, os notários, registradores e responsáveis interinos pelo expediente devem acatar as determinações das autoridades municipais, estaduais e nacionais de saúde pública, emanadas na forma da lei e que imponham a redução do atendimento ao público ou a suspensão do funcionamento da serventia (CNJ, art. 1º do Prov. 91/2020). Assim, eventuais determinações de suspensão do funcionamento da serventia, emanadas de outros Poderes que não o Poder Judiciário, devem ser acatadas e informadas ao público e à Corregedoria local (CNJ, §3º, art. 1º, do Prov. 91/2020).

DAS MEDIDAS DE HIGIENIZAÇÃO E PREVENÇÃO DE CONTÁGIO

- 10) É dever do delegatário disponibilizar álcool gel 70% em todos os setores do serviço (se disponível no mercado), para a higienização das mãos dos funcionários e usuários, bem como disponibilização de água, sabão e papel toalha nos banheiros de uso dos empregados e dos usuários do serviço, além de reforçar a limpeza interna dos móveis e do estabelecimento em sua integralidade.
- 11) Poderão ser afixados cartazes com a finalidade de orientar e determinar aos colaboradores e usuários do serviço quanto à higienização das mãos com álcool em gel ou água e sabão, bem como a devida distância entre pessoas para evitar eventual contágio.

UTILIZAÇÃO DAS CENTRAIS

- 12) As serventias extrajudiciais devem estimular e reforçar o uso das Centrais de Registros e dos Tabelionatos, conforme endereços eletrônicos: www.registrocivil.org.br; www.registradores.org.br; www.site.cenprotnacional.org.br; www.censec.org.br; www.rtdpibrasil.org.br, priorizando o tráfego de documentos digitais, evitando o manuseio de papel eventualmente contaminado, proporcionando segurança para os delegatários, seus colaboradores e a própria sociedade.

- 13) Sugere-se, também, o fomento do uso das Centrais de Registros e dos Tabelionatos por parte dos próprios usuários, que conseguirão requerer serviços por ambiente digital, sem precisar sair de casa.

OUTRAS MEDIDAS PREVENTIVAS

- 14) Por último, poderão ser adotadas outras medidas preventivas e razoáveis de combate ao risco de contágio e propagação do Covid-19, por exemplo, o funcionamento interno com portas fechadas do cartório, ressalvada a divulgação dos canais de comunicação em local visível para o usuário.

Ressaltamos a importância da leitura dos Provimentos supracitados, a fim de balizar o entendimento das normativas em todo o Estado do Espírito Santo.

AVISO DE RESPONSABILIDADE LEGAL

- a) O conteúdo dessa Orientação tem caráter informativo, não constituindo parecer jurídico vinculante.
- b) O oficial registrador e/ou tabelião com atribuição territorial para prática do ato é a autoridade competente para fazer a avaliação final dos requisitos, cautelas e formalidades necessárias para sua efetiva realização.

Persistindo eventuais dúvidas, entre em contato com o sindicato. Nossa equipe estará disponível para auxiliar em qualquer caso.

Atenciosamente,

Vitória/ES, 25 de março de 2020.

SINOREG-ES